

Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva nas Escolas Indígenas: Distanciamentos e Desafios para Implementação na Região do Alto São Marcos - Pacaraima/Rr

Special Education Policies From an Inclusive Perspective in Indigenous Schools: Distances and Challenges for Implementation in the Alto São Marcos Region - Pacaraima/Rr

Francimar Pereira Ribeiro¹; Moema de Souza Esmeraldo²

Resumo

Este artigo apresentará resultados de pesquisa que está inserida no campo das discussões da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O estudo tem como objetivo compreender de que maneira as políticas públicas educacionais voltadas à inclusão estão sendo efetivadas em escolas indígenas localizadas Vicinal Samã da região do Alto São Marcos, no município de Pacaraima, no estado de Roraima. A investigação considera, em especial, as proposições instituídas nos Projetos Pedagógicos (PP) das unidades escolares analisadas. O objetivo geral consiste em analisar quais têm sido os principais desafios e entraves para garantia da educação inclusiva nessas escolas indígenas, tendo como foco verificar como essas instituições estão se organizando para atuar dentro do novo paradigma inclusivo, considerando as ações propostas e as legislações vigentes que asseguram uma educação que de qualidade, com igualdade e equidade. A pesquisa em andamento tem abordado a metodologia de caráter bibliográfico, documental e qualitativa, utilizando o método dedutivo. Foram empregadas técnicas como fichamento, leitura dirigida e roteiro de coleta para análise comentada. A análise de dados tem como a análise de conteúdo e documental, com ênfase na legislação documental pertinente. Espera-se, ao final deste estudo, apresentar uma contribuição significativa aos profissionais da educação indígena e demais envolvidos no processo educacional, especialmente no que se refere à elaboração do PP. O intuito é favorecer a compreensão sobre este documento que norteia os fazeres da instituição escolar e da oferta da Educação Especial, reconhecendo-a como parte integrante e indissociável da inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação Especial na Amazônia; Educação Indígena Inclusiva; Políticas Públicas.

Abstract

This article presents research results situated within the field of Special Education discussions from an Inclusive Education perspective. The study aims to understand how public educational policies focused on inclusion are being implemented in indigenous schools located in Vicinal Samã, in the Alto São Marcos region of the municipality of Pacaraima, Roraima state. The investigation considers, in particular, the proposals established in the Pedagogical Projects (PP)

¹ Universidade Federal de Roraima, francipribeiro@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0009-9184-4076>.

² Universidade Federal de Roraima, moemaesmeraldo@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-5626-1267>

of the analyzed school units. The general objective is to analyze the main challenges and obstacles to guaranteeing inclusive education in these indigenous schools, focusing on how these institutions are organizing themselves to operate within the new inclusive paradigm, considering the proposed actions and current legislation that ensures quality education with equality and equity. The ongoing research employs a bibliographic, documentary, and qualitative methodology, using the deductive method. Techniques such as note-taking, guided reading, and a data collection guide for annotated analysis were employed. The data analysis includes content and document analysis, with an emphasis on relevant documentary legislation. It is expected that, at the end of this study, a significant contribution will be made to indigenous education professionals and others involved in the educational process, especially regarding the development of the Pedagogical Project (PP). The aim is to promote understanding of this document that guides the actions of the school institution and the provision of Special Education, recognizing it as an integral and inseparable part of school inclusion.

Keywords: Special Education in Amazon; inclusive education; indigenous education.

Introdução

Precisamos ser desobedientes como opção pedagógica
Gersem Baniwa

Discutir Educação Especial Inclusiva e Educação Escolar Indígena no contexto das políticas educacionais implica, necessariamente, abordar a inclusão e a valorização da diversidade, fortalecidas pelas lutas de grupos historicamente excluídos, subestimados e marginalizados. De modo que, atualmente, no Brasil, a diversidade, a interculturalidade e a inclusão já são consideradas inerentes às reivindicações e pautas de lutas de muitas organizações e movimentos sociais.

A perspectiva da interculturalidade é relevante nesta análise por enfatizar o diálogo e a interação entre diferentes culturas, reconhecendo a coexistência e o valor das diversas expressões culturais. Já o conceito de diversidade refere-se especialmente, aos grupos historicamente marginalizados por suas singularidades, sejam físicos, sociais ou raciais. Como afirma Fleuri (2006, p. 497) a diversidade constitui “um campo complexo e polissêmico de perspectivas de debate entre teorias e propostas relativas à interação entre identidades e culturas diferentes”.

O conceito de diversidade representa, assim, um campo mediado por tensões e divergências, também por consensos pontuais e conquistas legais que, indiscutivelmente, concebe a diversidade como um objeto marcado por lutas e reivindicações presentes tanto no debate teórico quanto da prática social. Neste sentido, “o diferente e a diferença são partes da descoberta de um sentimento que, armado pelos símbolos da cultura, nos diz que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou” (Gusmão, 2000, p. 12). É justamente por meio das diferenças que nos constituímos como sujeitos sociais e históricos, cidadãs e cidadãos de direitos.

Discutir Educação Especial e Inclusiva nas escolas indígenas, indubitavelmente, é tratar de sujeitos que sofreram ou ainda sofrem com as desigualdades e com a exclusão social, muitas vezes, invisibilizados, inferiorizados e tratados de modos

diferentes na sociedade. Contudo, ao longo das décadas o engajamento dos movimentos sociais em defesa dessas populações tem contribuído para a efetivação de conquistas significativas no país, se tornando perceptíveis pela relevância social, histórica, política e cultural.

Neste diapasão, podemos situar a Educação Especial e a Educação Escolar Indígena (EEI), como resultantes de processos de luta que emergem dos movimentos sociais de inclusão não só no país, mas ao redor do mundo. São destas lutas coletivas que os grupos de sujeitos marginalizados passaram a conquistar, de forma gradual, o reconhecimento e a garantia de direitos à luz das políticas públicas.

Diante desse contexto, apresentamos as discussões teóricas que tratam a educação como um direito fundamental dos povos indígenas e das pessoas com deficiência. Especificamente, buscamos analisar a produção político-normativa brasileira com interfaces entre a Educação Escolar Indígena e a Educação Especial, a partir das políticas públicas identificadas nos Projetos pedagógicos das escolas do território indígena São Marcos, em Roraima. Quanto ao percurso metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com bases em fontes nacionais relacionadas às legislações e ao direito à educação de indígenas com deficiência em Roraima.

Este estudo busca responder ao problema de investigação que consiste em saber como as políticas públicas de educação inclusiva estão sendo efetivadas nas escolas indígenas, localizadas na Vicinal Samã, região do Alto São Marcos, no Município de Pacaraima – Roraima, levando em consideração as proposições instituídas nos Projeto Pedagógicos (PP) das unidades escolares? Trazendo, assim, para o cerne do debate as considerações acerca da concepção de educação inclusiva adotada, nos distanciamentos e desafios para implementação de práticas inclusivas e nas discrepâncias entre os direitos assegurados em lei e a sua efetivação no cotidiano escolar.

Assim sendo, objetiva-se com este estudo, analisar os principais desafios e entraves para a efetivação da educação inclusiva nas escolas indígenas localizadas na região do Alto São Marcos, em Roraima, considerando o que tem sido instituído (dimensão ideal) e o que se tem efetivamente praticado (dimensão prática) no município de Pacaraima – RR.

Desenvolvimento

Para desenvolver esta pesquisa foi importante refletir e compreender o contexto do desenvolvimento histórico da Educação Especial no Brasil, bem como da Educação Escolar Indígena, destacando os dispositivos legais, dentro da linha do tempo. A análise documental implicou na análise concomitante com os pressupostos da Educação inclusiva, perspectiva teórica que visa nos dias atuais contemplar a diversidade, ampliando seus preceitos e possibilitando conquistas significativas no âmbito educacional brasileiro. Dentro dessa acepção de educação inclusiva, temos

tanto a educação escolar indígena quanto a educação especial, ambas são formas inclusivas educacionais que deve perpassar práticas pedagógicas nas escolas, em que se debate sobre um sistema educacional inclusivo de fato para todos. Não obstante, é importante inserir nessa discussão o processo de educação escolar indígena.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva sendo ofertada nas escolas regulares ainda é algo recente em nosso país. Por muito tempo as pessoas com deficiência foram segregadas dos territórios educacionais, frequentando instituições especializadas ao atendimento de suas especificidades. Por influências de diversos grupos que reivindicavam por direitos sociais, entre eles o da democratização dos espaços e também por estudos provenientes de outras áreas como, por exemplo, o da psicologia, o sistema educacional começa a compreender o indivíduo, seja ele típico ou neurotípico, como um ser histórico e cultural, que se desenvolve no meio social e precisa estar envolvido com a diversidade humana para aprender e construir conhecimentos. Nesta perspectiva:

cabe à educação considerar os escolares como um “vir a ser”, propiciando a formação da “individualidade para-si” e o processo de humanização, processo esse que avança na medida em que a atividade social e consciente dos homens produz objetivações que tornem possível uma existência humana cada vez mais livre e universal. (Maciel & Oliveira, 2018, p. 102).

Sendo assim, a proposta educacional que abarca este sujeito que se constitui no coletivo, que se iguala ao outro independente de suas diferenças, que acessa a aprendizagem em ambientes comuns a todos na escola regular, sendo consideradas suas especificidades neste processo é a Educação Inclusiva, que pode ser definida consoante o relatório da Unicef e Unesco (2019, p. 6) e citado por Kassar; Nozu; Siems (2021, p. 32).

Educação inclusiva significa que todos os alunos podem se beneficiar dos mesmos sistemas de ensino e das mesmas escolas. Métodos de aprendizagem e materiais educativos que abarcam as necessidades de todos os alunos devem ser incorporados ao sistema para que sejam removidas barreiras que potencialmente limitam a participação. A deficiência é apenas uma das causas de exclusão, entre outras limitações sociais, físicas e institucionais.

Para compreender melhor essa questão, outro aspecto que direcionou a educação especial e inclusiva para que ocorresse preferencialmente nas salas comuns foi a promulgação de legislações, segundo Baptista (2019, p.10).

Neste sentido, existe uma Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2006, a qual estabelece que a Educação Inclusiva seja assegurada pelos Estados. Visando propor um sistema de ensino pelo qual pudesse maximizar o desenvolvimento acadêmico, bem como o social do indivíduo, ocasionando numa inclusão plena e se certificando de adotar as medidas necessárias a fim de garantir que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema Educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com Deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e Compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental Inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as Demais pessoas na comunidade em que vivem (Brasil, 2007, art. 24).

A educação legitimada como uma prática social destinada a todos, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, que seja indígena ou não, demanda que os processos de ensino e aprendizagem realizados nos espaços escolares sejam revisitados.

O Ingresso desse público no sistema regular de ensino intensificou os questionamentos em relação à qualidade do serviço prestado, pois as práticas educativas tradicionais já não apresentavam, minimamente, resultados satisfatórios diante do novo cenário vivenciado pelas instituições de ensino. (Carmo et al., 2019, p. 4).

E, voltando mais especificamente a atenção para a Educação Escolar Indígena, o discurso oscila entre as questões de se promover a escolarização do aluno residente na comunidade indígena, preocupando-se em formar o indivíduo/cidadão. Por outro lado, aquela educação que mantém a vivência e cultura de um povo.

O desafio da educação escolar indígena é se propor um sistema de ensino de qualidade e diferenciado, no sentido de atender as especificidades de um povo diferente da sociedade nacional, considerando que seus horizontes de futuro não são os mesmos que os nossos, e não reduzir a questão ao atendimento por meio dos programas de inclusão social dos anseios individuais, ainda que legítimos, de alguns dos estudantes indígenas. (Ladeira, 2004, p.143)

As escolas indígenas têm se tornado uma réplica das escolas existentes nas cidades acarretando com o passar do tempo o abandono da sua identidade cultural. O principal desafio dos educadores que atuam nas aldeias é aplicar novas propostas educativas a fim de estarem atentas às especificidades dos povos indígenas, bem como garantir que haja um ensino voltado para a inclusão.

Visando a efetivação de uma Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, conforme o que rege as legislações vigentes e as bibliografias que abordam este tema, faz-se necessário visitar a construção do Projeto Pedagógico da instituição. Portanto, é importante se pensar a construção do PP de modo que contemple as políticas inclusivas no espaço escolar indígena.

O PPP é um instrumento de gestão democrática que deve ser pensado, planejado, elaborado e executado pelo coletivo de uma escola comprometida com os setores populares, voltada para a promoção da cidadania emancipada (Aranda & Matias, 2018, p.90).

Por fim, compreender a Educação Especial na conjectura que permeia o fazer educacional na perspectiva inclusiva, perpassa por um estudo que disponibilize o conhecimento histórico, político e pedagógico desta modalidade que tem uma

exigência atual intrínseca a novos saberes, espaços, práticas e recursos que garantam a formação de cada estudante de forma integral, atendendo suas necessidades na coletividade sem desconsiderar as individualidades e singularidades de cada indivíduo.

Metodologia

A presente pesquisa é de caráter bibliográfico. Segundo Gil (2002, p. 44) ela “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, utilizando procedimentos de abordagem qualitativa por meio de coleta de dados escritos, pois auxilia na compreensão de um assunto ou problema, que segundo, Gil (2002, p. 10) “subjetiva ao objeto de estudo, ergue-se sobre a dinâmica e abordagem do problema pesquisado e visa descrever e decodificar de forma interpretativa os componentes de um sistema complexo de significados...” e análise documental que conforme Lüdke e André (1986, p. 38):

pode ser uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Esse tipo de abordagem permite uma análise interpretativa dos conteúdos e contextos, buscando compreender os significados presentes nos documentos analisados.

O foco da investigação se deu sobre os aspectos que envolvem a presença da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva nos Projetos Pedagógicos (PPs) de escolas localizadas em comunidades indígenas, pertencentes a Vicinal Samã, região Alto São Marcos, município de Pacaraima - RR.

O método adotado foi o dedutivo, que parte de referenciais teóricos e normativos gerais para interpretar e compreender fenômenos particulares contidos nos documentos analisados. Devido a necessidade de maior aprofundamento na explicitação de sua aplicação concreta nos dados analisados, foram utilizadas as técnicas de ficha de leitura e apontamento para sistematizar as informações relevantes.

A seleção dos Projetos Pedagógicos (PPs) de escolas em contexto indígenas considerou os critérios como localização geográfica das escolas, por serem de fácil acesso, pertencerem a Vicinal Samã, por atenderem estudantes com deficiência, por disponibilidade e acessibilidade dos documentos, buscando aqueles que estivessem disponíveis para consulta e análise e menções explícitas a práticas inclusivas, à Educação Especial ou à política de inclusão escolar. Essa seleção justifica-se por sua função normativa e organizacional dentro das escolas e teve como objetivo identificar de que maneira esses documentos norteadores incorporam os princípios de uma educação inclusiva e democrática, voltada para estudantes com e sem deficiência.

A análise de conteúdo seguiu os pressupostos de Bardin (2016), para a autora, se trata de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, de uma descrição do conteúdo das mensagens”. estruturando-se em três fases complementares, a pré análise,

exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. Com base nas legislações e nas políticas públicas voltadas à Educação Especial, à Educação Inclusiva e Educação Indígena, foram definidas as seguintes categorias, (1) Menções à Educação Especial; (2) Ações de acessibilidade e estratégias pedagógicas; (3) Concepção de inclusão e diversidade; e (4) Articulação com as políticas públicas. O processo de categorização se deu por meio de leitura flutuante, codificação e agrupamento temático dos dados, com o intuito de revelar padrões e contradições presentes nos PPs.

O universo da pesquisa compreendeu três Projetos Pedagógicos (PPs) de um total de quatro escolas situadas em comunidades indígenas da Vicinal Samã. A exclusão de uma delas deu-se à indisponibilidade do documento, que não se encontrava acessível ou atualizado no período da coleta de dados. Ressalta-se que o estudo concentrou-se exclusivamente na análise documental, não tendo sido realizadas entrevistas, questionários ou outras formas de escuta direta com os atores escolares, como gestores, professores ou estudantes, o que limita a compreensão das percepções, das experiências concretas e da efetiva implementação das diretrizes inclusivas no cotidiano escolar.

É importante priorizar o conhecimento e a interpretação das legislações e políticas públicas que tratam da Educação Especial, da Educação Inclusiva e do Projeto Político Pedagógico como instrumentos integradores, de modo que possamos compreender a relação entre eles como uma possibilidade para se propuser uma educação não segregadora, ao contrário, que seja democrática quanto aos instrumentos utilizados na prática docente, no acesso aos espaços e no processo educacional destinado aos estudantes com e sem deficiências.

Resultados e Discussões

Consoante, os pesquisadores brasileiros que discutem a historicização da educação especial no Brasil e o movimento de educação inclusiva, o marco histórico da educação especial no país destaca-se a partir do período do século XVIII. Até meados deste século, as pessoas com deficiência eram consideradas “anormais” pelas características apresentadas em divergências com a maioria das pessoas e, esta população minoritária sofria práticas excludentes por parte de toda sociedade da época, sendo vítimas de preconceitos, discriminação e estereótipos. Portanto, eram pessoas sentenciadas à condição de inválidas e, assim, não dignas de viver integradas nas relações sociais. Logo, no que tange à educação, não recebiam nenhum tipo de atenção educacional. Conforme a literatura sobre a história da educação especial no Brasil, somente a partir da década de 1940 é que se iniciaram efetivamente movimentos sociais pela educação escolar das pessoas com deficiência.

Mendes (2010) enfatiza que a Educação Especial no Brasil foi se delineando ao longo dos anos de 1970, principalmente, a partir do Ministério da Educação que o público da educação especial deveria ter visibilidade e requeria assim, cuidados especiais na família, na escola e na sociedade, era uma concepção que timidamente começava a

ganhar força nos movimentos sociais de pesquisadores, famílias e educadores. Aos meados dos anos de 1970, as crianças com deficiências foram integradas às unidades escolares e surge, portanto, a ideia de integração escolar (Carvalho, 2009; Mantoan, 2015).

A educação especial na perspectiva da inclusão pressupõe que todas as crianças tenham mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na aprendizagem escolar, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não.

E para Masson (2014), a Política de Educação Especial Inclusiva não pode ser compreendida isoladamente, mas sim como parte integrante de um sistema social mais amplo e contraditório, ou seja, incluindo aspectos culturais, econômicos e políticos.

Em outras palavras, a autora nos diz que a Educação Especial Inclusiva, indiscutivelmente, ela é influenciada e afetada por estes aspectos da sociedade e reverberam indubitavelmente, na implantação e implementação das políticas públicas educacionais, pois “qualquer política educacional, por mais específica que seja, constitui-se como um complexo que só pode ser entendido em sua essência, se forem estabelecidas as mediações com outros complexos que determinam e que em síntese formam a totalidade social” (Masson, 2014, p. 221).

Assim como a Educação Especial Inclusiva, a educação escolar indígena em território brasileiro, a história conta que desde a década de 70 vem ganhando espaço na sociedade e os povos indígenas, muitos antes da escola, já elaboravam seus próprios pensamentos e modos. Desde então, lutam por melhorias no ambiente escolar e de uma educação de qualidade para o seu alunado. Diante de muitas lutas, movimentações e mobilizações, a educação escolar indígena sucederam-se as novas conquistas e mudanças e em prol desse avanço foi publicado o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI), um documento criado com o intuito de auxiliar professores indígenas na execução do currículo, dos projetos, enfatizando suas diferenças escolares quanto à sua diversidade cultural. E também, com as políticas públicas para Educação Escolar Indígena após o reconhecimento constitucional, o número de escolas indígenas tem crescido consideravelmente no Brasil. De acordo com os dados do censo da Educação Básica, atualmente, no país, há cerca de 3.626 escolas indígenas (Inep, 2023), espalhadas em terras indígenas e atendendo os alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio no bojo da Educação Básica. Do mesmo modo, também vem crescendo o número de crianças com deficiências nas escolas indígenas (Sá; Cia, 2015; Gonçalves, 2023).

Mesmo com os avanços obtidos, discutir a Educação Inclusiva no Brasil continua sendo um desafio da Educação Básica, especialmente quando se trata das comunidades indígenas com deficiência. As dificuldades vão além do acesso à matrícula e envolvem questões de diversidade cultural, direitos humanos e políticas públicas educacionais (Oliveira, 2017). As barreiras enfrentadas pelos povos indígenas refletem desigualdades históricas e estruturais, pois, como afirma Oliveira (2017),

“quando a sociedade não valoriza a diversidade e a inclusão, a escola reflete essas mesmas atitudes” (p. 52).

Apesar de o Brasil ter um aparato legal robusto para a Educação Inclusiva e para a proteção dos direitos indígenas, há um descompasso entre a legislação e a prática escolar. As leis garantem o acesso escolar, mas carecem de especificidade para atender à população indígena com deficiência, abordando a inclusão de forma indireta e pela interseccionalidade entre deficiência e etnia.

Com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p. 19) levanta-se o debate sobre a interface da Educação Especial na educação escolar indígena, defendendo que:

a Educação Especial na Educação Escolar Indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços, e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos

No Brasil, as políticas sociais e educacionais, mais especificamente, vêm buscando efetivar os direitos ao reconhecimento da diversidade em suas diversas dimensões. Aqui, a discussão enfatizada na dimensão da educação escolar indígena com ênfase nos aspectos étnico-multiculturais e a educação especial na perspectiva das necessidades especiais educativas no âmbito da inclusão escolar.

O processo de inclusão e seu respectivo avanço na sociedade como um todo e especificamente na Educação, foi promovido pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), em que determinou que é necessário universalizar o acesso à educação para todas as pessoas em sua condição de ser humano. No entanto, discutir a educação inclusiva no Brasil na perspectiva de garanti-la é um desafio da educação básica em todo o país, quando estes dados dizem respeito as comunidades indígenas com deficiência, este desafio torna-se ainda mais complexo, pois envolve muitas outras questões que estão para além da garantia de acesso de matrícula.

Por isso, é fundamental a organização pedagógica do trabalho escolar, pois, representa a forma como o trabalho da escola é organizado para atingir os objetivos da escola ou do sistema. Ou seja, a escola enfrenta inúmeros desafios para estruturar, administrar e adaptar suas práticas pedagógicas com base em seus estudantes, refletindo sobre sua função social. As mudanças trazidas pela legislação das últimas décadas impactaram diretamente a estruturação do trabalho escolar.

Para Saviani (2019), trabalho e educação são elementos distintos, porém constitutivos da formação humana, realizados intencionalmente através de relações pedagógicas historicamente determinadas. No contexto educacional, o trabalho escolar está associado a práticas educativas direcionadas à produção do conhecimento e ao desenvolvimento social. Nessa perspectiva, tendo como ferramenta principal o Projeto Pedagógico, um documento que traduz a identidade da unidade escolar,

estabelecendo princípios, diretrizes e propostas de ações para melhor organizar as atividades educacionais. Incluindo aspectos educacionais que efetivam a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, no contexto indígena e com as informações obtidas no Produto Educacional, ajudará o fazer pedagógico, transformando a realidade nas escolas indígenas e valorizando as diversidades existentes.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) que, recentemente, passou a ser denominado Projeto Pedagógico (PP) é uma ferramenta amparada pela Constituição Federal (1988), expresso nos artigos 205 e 214, e pela LDB (Lei n.º9394/96), que trata dos princípios e diretrizes da educação nacional. Documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais e pareceres do Conselho Nacional de Educação reforçam a importância do mesmo como instrumento orientador dos processos pedagógicos.

Para estudiosos da área (Veiga, 2013; Vasconcellos, 2010; Libâneo, 2017; Lück, 2009), o PPP/PP deve refletir a identidade coletiva, democrática e inclusiva da escola, funcionando como um documento de suporte aos processos sociais e pedagógicos. Ou seja, além de ser considerado uma diretriz democrática e fundamental para a organização do trabalho pedagógico, é indispensável e obrigatório, assim como, a participação de toda a comunidade escolar na construção deste documento é importante para traçar metas e ações que valorizam e priorizam a realidade de seus estudantes, alinhando leis e políticas públicas que garantem e asseguram o direito de todos, diante das diversidades existentes, principalmente, nas escolas indígenas que possuem diversidades que devem ser valorizadas e respeitadas.

É importante alinhar os debates das políticas públicas da Educação Especial Inclusiva, da educação escolar indígena e construção do Projeto Pedagógico com os avanços tecnológicos, pois com a proliferação da tecnologia está presente no dia a dia da sociedade. Por isso, é importante possibilitar a interação com ambientes virtuais, onde os professores, gestores, pais, a comunidade escolar indígena em geral e a quem interessar tenham a oportunidade de ter acesso a conteúdo, informações e matérias que possam dar auxílio tanto na construção do projeto pedagógico numa perspectiva inclusiva de sua escola quanto na elaboração e planejamento das aulas. Permitindo, desse modo, ampliações de conhecimentos, aprendizagens mais significativas, o que contribui com a formação da competência profissional do professor, como diz Lappa *et al.* (2020), “A formação de sujeitos capazes de se apropriarem criativamente dos meios tecnológicos significa compreender o seu papel enquanto produtores, e não somente de receptores” e afirma Freire (1968) que:

o uso das tecnologias na educação deve ser feito para enriquecer os processos de ensino e aprendizagem e permitir que a escola se modernize e funcione de acordo com os avanços tecnológicos próprios de seu tempo.

Ou seja, a tecnologia é o nosso presente e envolve as práticas pedagógicas contemporâneas, então vamos utilizá-las ao nosso favor, para compartilhar, adquirir conhecimentos, experiências, comunicações e enriquecer ensinamentos.

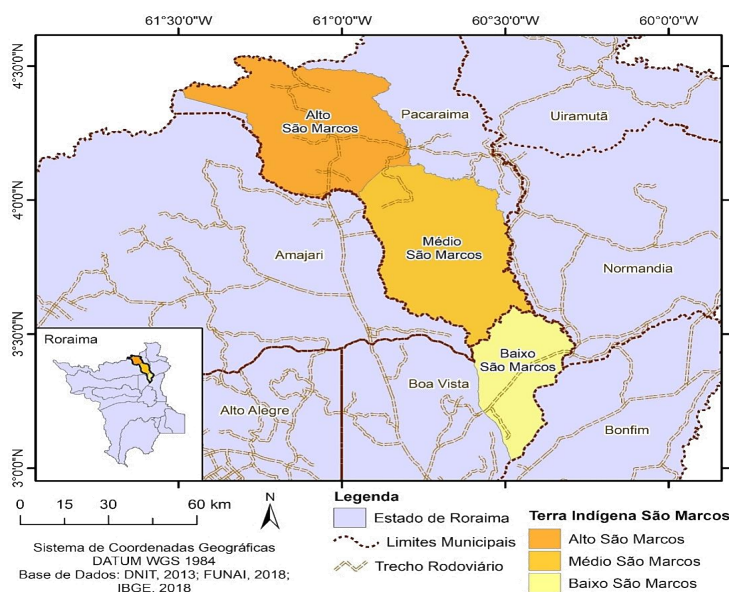
Desta forma, os recursos tecnológicos influenciam e promovem a inclusão não só das pessoas com deficiência, transtornos dos desenvolvimentos e altas habilidades, mas também das pessoas indígenas, respeitando a sua cultura, valorizando a diversidade. No entanto, o debate, a inserção dessa ferramenta, deve ser promovida e inclusa no Projeto Pedagógico- PP da escola, no ato de sua construção, pois, utilizando-o de forma responsável ajudará não só promover um ensino e aprendizagem diferenciada, mas também, ajuda na preservação da cultura, da memória, na divulgação histórica, nos valores, dentre outros benefícios, segundo Falico *et al* (2024):

Os indígenas devem usufruir dos meios tecnológicos para preservar e compartilhar seus conhecimentos, crenças e culturas. E para que isso ocorra é fundamental projetos políticos pedagógicos que priorizem o desenvolvimento das habilidades através do manuseio dos recursos tecnológicos.

É perceptível que as escolas indígenas precisam se reorganizar diante das transformações do mundo atual, da realidade na qual está inserida e do contexto educacional, pois a maioria possui ineficiência em relação ao acesso e uso tecnológicos e os desafios para implementações são constantes, mas isso não significa que é impossível se apropriarem das tecnologias e propiciar um ambiente de inclusão social e educacional.

No entanto, com o objetivo de compreender o fazer pedagógico e identificar como as escolas indígenas abordam a temática em seu Projeto Pedagógico (PP), optou-se pelas escolas situadas nas comunidades indígenas da Vicinal Samã, região Alto Marcos, Município de Pacaraima, em Roraima. Salienta-se que, no contexto da Região Norte, Roraima é o estado brasileiro com maior proporção de população indígena, com territórios indígenas abrangendo aproximadamente 46,2% de sua extensão territorial.

Figura 1
Terra Indígena São Marcos e as subdivisões



Fonte: Vilela e Falcão (2022)

A vicinal é composta por seis comunidades indígenas, sendo elas: Ingaarumã, Arai, Samã II, Jerusalém, Aldeia Samã e Arai I e cada uma delas apresentam características socioculturais próprias, porém, somente quatro delas possuem escolas e são mantidas pela Secretaria Estadual de Educação. A investigação se desenvolveu por meio de uma análise documental, tendo como fonte principal os Projetos Pedagógicos (PPs) dessas instituições, pois esses documentos são fundamentais por expressarem as concepções de educação adotadas, bem como estratégias planejadas para atender às especificidades culturais e educacionais.

Das quatro escolas, foram efetivamente analisadas apenas três PPs, pois o documento de uma das escolas não estava disponível no momento da coleta de dados. Essa situação limitou o processo de análise, mas não comprometeu os objetivos principais do estudo, os demais documentos forneceram material suficiente para identificar práticas e ausências relacionadas a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A análise dos documentos foram conduzidas com bases em categorias definidas, afim de identificar como as escolas expressam, no seu plano institucional, o compromisso com a diversidade, o respeito à cultura indígena e a inclusão de estudantes com deficiência ou outras especificidades. Veja no quadro a seguir o resultados e análises dos Projetos Pedagógicos (PPs).

Tabela 1

Educação Especial na Perspectiva Inclusiva nos Projetos Pedagógicos (PPs) de escolas indígenas

Categoria	E. E. I. T. Feliciano dos Santos	E. E. I Professora Leonili a Cordeiro	E. E. I Nova do Samã
Concepção de Educação Inclusiva	Inclusão como direito social, mas descrita de forma geral	Ênfase na convivência entre culturas e respeito às diferenças	Inclusão como parte da valorização da diversidade cultural e linguística
Metas para a Educação Especial	Garantir a participação do estudante PCD nas atividades escolares	Garantir a matrícula de todos os alunos com deficiência	Desenvolver metas específicas para acesso, permanência e aprendizagem
Estratégias de inclusão adotada	Sala de Recursos Multifuncionais e a oferta do AEE	Proposta pedagógica e adaptação curricular	Recurso especializado, tecnológico e Lotação de professor
Desafios identificados	Falta de profissionais especializados	Carência de infraestrutura e acessibilidade	Dificuldade de articular saberes indígenas e políticas
Avanços	Participação da família e comunidade	Tópico sobre Educação Inclusiva no PP	Valorização da cultura

Fonte: Projeto Político-Pedagógico da E. E. I Tuxaua Feliciano dos Santos (2021), E.E. I. P. Leonilia Cordeiro (2024) e E.E.I Nova do Samã (2025)

Diante do exposto é possível observar que as escolas apresentam compreensões convergentes sobre a importância da Educação Inclusiva e reconhecem a inclusão como princípio fundamental, porém cada uma tem a sua forma de organização, de interpretar de acordo com o seu contexto sociocultural, de variações de estratégias que promovem a inclusão. Ou seja, um dos PPs apresentam as informações sobre

Educação Inclusiva em forma de adendo, outro disponibiliza no texto principal e o outro há um tópico para descrever o mesmo, porém há um ponto em comum entre os três, citam a temática de forma genérica, sem maiores detalhes de como é praticada.

A educação inclusiva obteve grandes avanços, especialmente nas escolas indígenas da rede estadual da Vicinal Samã, mas ainda há uma grande necessidade de atualização da escola e dos professores para atender às demandas contemporâneas, a considerar pelo que o PP das escolas revela em relação à formação docente. Para Tardif (2014, p. 82) “os saberes dos professores têm uma forte dimensão temporal, remetendo aos processos pelos quais são adquiridos ao longo de suas carreiras no ensino”.

Conclusões

Discutir as políticas públicas, diante do contexto histórico da Educação Especial, da Educação Inclusiva e da Educação Escolar Indígena é de suma importância para compreender os avanços e as desafios encontrados nesse processo de efetivação de uma educação para todos.

Pois, conclui-se que a inclusão de pessoas com deficiência é um tema atual e em constante diálogo, o que é bastante louvável. No entanto, nas práticas efetivas, existe um distanciamento notável entre os direitos instituídos e a garantia desses direitos no contexto da realidade vivenciada. Em função dos dispositivos legais, tem ocorrido um aumento gradual no número de estudantes, público-alvo da Educação Especial, nas escolas de Educação Básica, incluindo as escolas indígenas. Isso, por sua vez, tem ampliado os desafios relacionados à implementação de práticas inclusivas para estudantes com deficiência.

Por outro lado, percebeu-se que a concepção e o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas exigem mudanças significativas nas posturas conceituais, atitudinais, estruturais e efetivas. No contexto da Educação Escolar Indígena é preciso evitar o argumento de que os indígenas têm direito a uma educação diferenciada como justificativa para negar-lhes o acesso a outros conhecimentos e o direito à inclusão de maneira igualitária. Assim, torna-se fundamental fortalecer a autonomia pedagógica das escolas indígenas, de modo que os aspectos didático-metodológicos sejam efetivados por meio do compromisso pedagógico dos professores. Para tanto, a elaboração e implementação do Projeto Pedagógico (PP) se tornam instrumentos essenciais para orientar toda a equipe pedagógica e gestora das escolas indígenas na promoção e efetivação do ensino inclusivo, bem como, a inclusão das tecnologias, esta que tem se destacado como uma ferramenta inovadora no âmbito educacional, tem ganhado espaço na sociedade e também nas comunidades indígenas.

Este estudo proporcionou uma descrição contributiva e reflexiva aos profissionais da educação escolar indígena e demais pessoas que participam do processo educacional, incluindo os pais, estudantes e comunidade em geral. O que nos proporcionou um olhar diferenciado voltado para a organização do trabalho pedagógicos, às ações e

metas que irão auxiliar na construção do Projeto Pedagógico – PP. Tendo em vista que a compreensão sobre este documento que norteia os fazeres da instituição escolar e a oferta da modalidade de ensino Educação Especial como sendo intrínsecos à inclusão.

Concluimos por meio dos resultados da nossa pesquisa que embora o Projeto Pedagógico das escolas evidencie práticas inclusivas, a questão ainda é vista como um ponto limitante em razão da elaboração e da efetivação que perpassa por disputas de poderes e inclinação a visões do mundo homogêneo e segregador. As bases críticas e teóricas apresentadas colaboraram para demonstrar caminhos possíveis para mudar esse cenário. Acreditamos que para a efetivação das políticas públicas para a educação escolar especial indígena prescindem o envolvimento de toda a comunidade intra e extraescolar, bem como a valorização de ações democráticas e escuta ativa daqueles que ocupam o território institucional, elaborando e concretizando a partir da diversidade, heterogeneidade e inclusão que os materiais humanos e educacionais sejam tratados a favor de uma educação que atenda e acolha as especificidades que envolvem tanto a Educação Especial, quanto a Educação Escolar Indígena.

Ressalta-se que o estudo se concentrou exclusivamente na análise documental, não tendo sido realizadas entrevistas, questionários ou outras formas de escuta direta com os atores escolares, como gestores, professores ou estudantes, o que limita a compreensão das percepções, das experiências concretas e da efetiva implementação das diretrizes inclusivas no cotidiano escolar. Por isso, sugere-se implicações futuras para melhor compreensão do tema, como investigação de campo junto às comunidades escolares; Construção de instrumentos próprios de avaliação inclusiva para escolas indígenas; Desenvolvimento de estratégias formativas interculturais com foco na inclusão.

Referências

- Aranda, M. A. de M. & Matias, W. L. (2018). A introdução do Projeto Político Pedagógico na política educacional brasileira. In: Lima, A. B. de, & Silva, M. B. (Orgs.). (2018). *Gestão escolar democrática: Teorias e práticas - Uberlândia: Navegando*, UFU/PROEXC. cap. 10, p. 71 - 94.
<https://www.editoranavegando.com/livro-bosco>
- Baptista, C. R. (2019). Política pública, educação especial e escolarização no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 45, e217423. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945217423>
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)*.
- Brasil. (2007). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e protocolo facultativo*.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

- Brasil. (2008). *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*.
- Brasil. (2002). *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Ministério da Educação.
- Bueno, J. G. S. (1993). *Educação especial brasileira: Integração/segregação do aluno diferente*. EDUC.
- Carmo, B., Fumes, N., Mercado, E., & Magalhães, L. (2019). Políticas públicas educacionais e formação de professores: Convergências e distanciamentos na área de educação especial. *Revista Educação Especial*, 32, e113. <https://doi.org/10.5902/1984686X39223>
- Carvalho, A. R. de. (2009). *Inclusão social e as pessoas com deficiência: Uma análise na perspectiva crítica* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná].
- Falico, L. L., & Romanelli, R. A. (2024). Educação indígena e tecnologias digitais no cenário da pandemia. *Revista Eventos Pedagógicos*, 15(2), 589–607. <https://doi.org/10.30681/2236-3165>
- Fleuri, R. M. (2006). Políticas da diferença: Para além dos estereótipos na prática educacional. *Educação & Sociedade*, 27(95), 495–520. <https://www.scielo.br/j/es/a/Kwkmd6D4VKcmv5tkW7tsvdlv>
- Freire, P. (1968). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Paz e Terra.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). Atlas.
- Gil, A. C. (1998). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Gonçalves, R. de C. (2023). Do Estado aos movimentos sociais: Mudanças de paradigma na política educacional escolar indígena brasileira. *Revista Exitus*, 13(1), e023069. <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2350>
- Gusmão, N. M. M. (2000). Desafios da diversidade na escola. *Revista Mediações*, 5(2), 9–28. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9158>
- Kassar, M. de C. M. (2016). Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: Desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista*.
- Ladeira, M. E. (2004). Desafios de uma política para a educação escolar indígena. *Revista de Estudos e Pesquisas*.
- Lapa, A. B., Lacerda, A. L. de, & Coelho, I. C. (2020). *A cultura digital como espaço de possibilidade para a formação de sujeitos*. <https://comunic.paginas.ufsc.br/files/2020/04/Cultura-digital-como-espa%C3%A7o-de-possibilidade-para-a-forma%C3%A7%C3%A3o-do-sujeito.pdf>
- Libâneo, J. C. (2017). *Organização e gestão da escola: Teoria e prática* (6ª ed.). Heccus.

- Lück, H. (Org.). (2009). *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Positivo.
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. de. (1986). Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU.
- Maciel, T. S., & Oliveira, A. A. S. de. (2018). As contribuições dos estudos de Vygotski à educação: Notas sobre um pensamento revolucionário. *Revista Educação e Emancipação*, 11(2), 83–107.
<http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/9530>
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* Summus.
- Masson, G. (2014). A importância dos fundamentos ontológicos nas pesquisas sobre políticas educacionais. In C. Cunha, J. V. Sousa, & M. A. Silva (Orgs.), *O método dialético na pesquisa em educação* (pp. 201–226). Autores Associados.
- Mendes, E. G. (2010). Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, 22, 93–110.
- Oliveira, R. de M. (2017). A importância da formação continuada dos educadores no contexto educacional inclusivo e a influência da mediação no ensino-aprendizagem na educação especial. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 2, ed. 1, v. 16, p. 522-545.
- Sá, M. A., & Cia, F. (2015). Educação especial nas escolas indígenas: Análise do censo escolar de 2007–2010. *Revista Educação Especial*, 28(51), 7–12.
<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/16557>
- Saviani, D. (2019). *Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: Novas aproximações*. Autores Associados.
- Tardif, M. (2013). A profissionalização do ensino passados trinta anos: Dois passos para a frente, três para trás. *Educação & Sociedade*, 34, 551–571.
- UNESCO. (1990). *Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*.
- Vasconcellos, C. dos S. (2010). *Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. Libertad.
- Veiga, I. P. A. (2013). A escola em debate: Gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. *Retratos da Escola*, 7(12), 159–166. <https://pep.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/A-escola-em-debate.pdf>

Recebido 13/05/2025

Aceite 19/12/2025

Publicado 05/01/2026

Este artigo está disponível segundo uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License
